

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Vol 3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
 Ilvanete dos Santos de Souza
 Ismael Santos Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0712-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.126222511</p> <p>1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?


Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Ismael Santos Lira

CAPÍTULO 1 1

JUVENTUDE E DEMOCRACIA: A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Marina Barreto Pirani

Guilherme Eduardo Lucas Knappe


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225111>

CAPÍTULO 2 15

INTERAÇÕES LÚDICAS ENTRE BEBÊS E LIVROS INFANTIS: REFLEXÕES E DESAFIOS AOS(AS) PROFESSORES(AS)

Fernanda Gonçalves

Lidnei Ventura


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225112>

CAPÍTULO 324

INTERGERACIONALIDADE: RELAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E PESSOAS IDOSAS POR MEIO DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Liliane Cristina Dias

Lucia Ceccato de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225113>


CAPÍTULO 437

LA NATURALEZA DE LA CIENCIA Y TECNOLOGÍA (NDCYT) EN LA MOVILIZACIÓN DE CONCEPCIONES DOCENTES: PROCESOS METACOGNITIVOS, TENSIONES E INCIDENCIAS TEMÁTICAS EN UN PROCESO DE FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESORADO DE QUÍMICA

Zenahir Siso-Pavón

Iván Sánchez-Soto

Luigi Cuéllar-Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225114>


CAPÍTULO 545

MOVIMENTAÇÃO OLÍMPICA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR E INOVADORA

Ana Rita de Almeida Neves

Antonio Jorge Sena dos Anjos

Kenya Costa Pinto dos Anjos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225115>

CAPÍTULO 652

NARRATIVAS DIGITAIS: UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM CRIATIVA NO ENSINO DE PORTUGUÊS E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA O ENSINO TÉCNICO SUPERIOR

Tânia Regina Exposito Ferreira


Sirley Ambrosia Vitorio Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225116>

CAPÍTULO 764

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS

Andrea Rodrigues Dalcin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225117>

CAPÍTULO 872

NEOLIBERALISMO INDUSTRIAL, BUROCRACIA E CORRUPÇÃO – QUE INFLUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE?

Evildo França Francisco Celestino Semo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225118>

CAPÍTULO 983

O CURRÍCULO COMO UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE

Grazielle Jenske

Luciana Fiamoncini Frainer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225119>

CAPÍTULO 10.....94

INTERDISCIPLINARIDADE: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO VIABILIZADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ACADÊMICA

Francisco Davi Nascimento Oliveira

Lucelia Keila Bitencourt Gomes


Renata Rezende Pinheiro Castro

João de Deus Carvalho Filho

Luciano do Nascimento Ferreira

Andreza Silva Gomes

Dayane Reis Barros de Araújo Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251110>

CAPÍTULO 11 102

O DESEJO DE APRENDER E O PROCESSO CRIATIVO-PENSANTE

Willian Machado Brasil

Cláudia Moscarelli Corral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251111>


CAPÍTULO 12.....121

O ENSINO DE FILOSOFIA NA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ

Brenda Leticia de Souza Silva

Luiz Miguel Galvão Queiroz

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251112>

CAPÍTULO 13..... 145

METODOLOGÍA DE CONSENSO DE LAS FUERZAS VIVAS DEL TERRITORIO PARA LA MEJORA DE LA EDUCACIÓN EN REPÚBLICA DOMINICANA

Raykenler Yzquierdo Herrera

Cristina Molina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251113>

CAPÍTULO 14..... 158

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA


Eliane Araujo Grippa

Adriele Soares

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Claudiany Peçanha Silva


Carla Corrêa Pacheco Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251114>

CAPÍTULO 15..... 169

LAS COMPETENCIAS INFORMACIONALES DE LOS DOCENTES EN LOS MICROPROCESOS DE LA COMPRESIÓN LECTORA EN LÍNEA

Silvia Verónica Valdivia Yábar


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251115>

CAPÍTULO 16..... 182

O TRABALHO COM O SOROBAN NA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Silvânia Cordeiro de Oliveira

Eliane Sheid Gazire


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251116>

CAPÍTULO 17..... 194

O USO DO *INSTAGRAM* COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL @BIBLIOCIENTIFICA

Maria do Socorro Corrêa da Cruz

Nathalia Regina Rodrigues


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251117>





CAPÍTULO 18..... 204

O USO DO WHATSAPP COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Ailton Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251118>

CAPÍTULO 19.....	216
MARIA MARTINS: APROXIMAÇÕES AO SURREALISMO	
Wellington Cesário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251119	
CAPÍTULO 20	224
O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE ATIVIDADES PRÁTICAS: UMA EXPERIÊNCIA PARA O TEMA FAUNA NATIVA	
Debora Michelli Seibel	
Everton Herzer Rossoni	
Izabela Carolina de Souza-Franco	
Franciele Carla Soares	
Felipe Bejjamini	
Gilza Maria de Souza-Franco	
Alexandre Carvalho de Moura	
Izabel Aparecida Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251120	
CAPÍTULO 21.....	233
O BRINCAR COMO INSTRUMENTO DA ENGENHAGEM NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL	
Silvania Moura da Silva	
Euclides Maurício Trindade Filho	
Antonio Alberto Monteiro de Souza	
Betijane Soares de Barros	
Izabelle Wanessa Campos Galindo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251121	
CAPÍTULO 22	245
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM ENSINO APRENDIZAGEM	
Ingrid Aparecida Siqueira Crispim	
Celso Peixoto Cotta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251122	
SOBRE OS ORGANIZADORES	263
ÍNDICE REMISSIVO	265

NEOLIBERALISMO INDUSTRIAL, BUROCRACIA E CORRUPÇÃO – QUE INFLUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE?

Data de aceite: 01/11/2022

Evildo França Francisco Celestino Semo

Doutorando em Estudos de Desenvolvimento

Escola Superior de Altos Estudos e Negócios, Universidade A Politécnica
Maputo – Moçambique

RESUMO: O presente artigo é um raciocínio sobre como o *Neoliberalismo Industrial, Burocracia e Corrupção que podem constituir vectores relevantes para a Qualidade do Sistema Nacional de Educação em Moçambique*. O texto convida-nos a uma reflexão crítica sobre o neoliberalismo face a industrialização, destacando as diversas transformações no período colonial e pós-independência, suas consequências no sector da Educação. Apresenta-se os aspectos do neoliberalismo versos a burocratização da administração pública, a corrupção e a qualidade do ensino, para além de que se objectivar dar uma iniciação a uma abordagem historia, teórica e filosófica dos possíveis problemas e/ou benefícios que possam ter sido trazidos com as diversas revisões curricular para o aumento da qualidade da educação em Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Industrialização; Sistema de Educação de Qualidade; “deixa andar”; Papel do Estado.

INDUSTRIAL NEOLIBERALISM, BUREAUCRACY AND CORRUPTION – WHAT INFLUENCES THE QUALITY OF EDUCATION IN MOZAMBIQUE?

ABSTRACT: This article is a reasoning about how Industrial Neoliberalism, Bureaucracy and Corruption can constitute relevant vectors for the Quality of the National Education System in Mozambique. The text invites us to a critical reflection on neoliberalism in the face of industrialization, highlighting the various transformations in the colonial and post-independence period, their consequences in the Education sector. It presents the aspects of neoliberalism versus the bureaucratization of public administration, corruption and the quality of education, in addition to the objective of giving an initiation to a historical, theoretical and philosophical approach to the possible problems and/or benefits that may have been brought with the various curricular revisions to increase the quality of education in Mozambique.

KEYWORDS: Neoliberalism; Industrialization; Quality Education System;

“Deixa Andar”; State role.

1 | INTRODUÇÃO

Na década 80, registou-se um movimento considerável das Reformas da Gestão Pública ao nível mundial que foi explicado por quatro aspectos comuns: políticos (debate sobre o papel dos governos após a guerra fria), sociais (exigências de melhoria de vida, onde as sociedades queriam estar a par da mudança radical da era industrial para a era de informação que se registava em qualquer canto do mundo), económicos (estagnação económica e desemprego) e institucionais (criação de instituições como o FMI¹, BM², Banco Intra-Americano e até de ONG's³, que passaram a ser bastantes influentes no debate político e na oferta de serviços públicos), (Amândio, 2015).

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial caracterizada por uma assimetria entre o norte e o sul do país e entre as zonas rurais e as urbanas. O sul do país configura-se mais desenvolvido que o norte e a cidade mais desenvolvida que o campo. A ausência de uma integração económica e a opressão extrema da mão de obra constituíam as características mais dominantes dessa assimetria⁴.

A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralmente planificada. No entanto, as conjunturas regional e internacional desfavoráveis, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos, inviabilizaram a estratégia.

O endividamento externo (cerca de 5,5 biliões de dólares em 1995)⁵ obrigou o país a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se nas Instituições de *Bretton Woods* e a consequente adoção dum Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987, (José, 2005), ao que Canhaga (2007) designou de incentivos fiscais.

De entre vários modelos de desenvolvimento, Moçambique desde a independência nacional, adotou primeiro o modelo desenvolvimentista de orientação socialista, que representou uma ruptura com o sistema colonial Português, ao propor construir uma sociedade sem classes, livre da “exploração do homem pelo homem”. O segundo modelo é o modelo neoliberal que vigora desde meados dos anos 80, altura em que Moçambique aderiu aos programas de reajustamento estrutural preconizados pelo BM e FMI (José, 2005, Nguenha & Castiano, 2019).

Este modelo, implicou numa larga privatização e liberalização da economia,

1 Fundo Monetário Internacional

2 Banco Mundial

3 Organizações Não Governamentais

4 <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia>, acesso a 12 de Maio de 2021.

5 <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia>, acesso a 12 de Maio de 2021.

conduziu a alteração profunda das relações laborais e do papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento, tornando-se, este, num agente da globalização neoliberal. Assim, esta reflexão procura debater os grandes problemas estruturantes de desenvolvimento do sistema nacional de educação de Moçambique com base nos quatro principais pontos: 1. *O neoliberalismo vs a industrialização (incluindo a indústria de impressão dos livros escolares)*; 2. *O neoliberalismo vs o sistema de educação de qualidade*; 3. *O neoliberalismo vs a polémica do “deixa andar” no sector da educação e*; 4. *Fronteiras entre o papel estratégico do Estado e a burocracia asfixiante da Administração Pública Nacional.*

21 O NEOLIBERALISMO VERSOS A INDUSTRIALIZAÇÃO (INCLUINDO A INDÚSTRIA DE IMPRESSÃO DOS LIVROS ESCOLARES)

Desde o período de transição para a independência nacional, milhares de cidadãos abandonaram o país. Christie (1996, citado por José 2006), afirma que, apenas entre os anos de 1974 e 1976, cerca de 200.000 brancos e indianos abandonaram Moçambique. O Estado viu-se forçado não apenas a nomear comissões administrativas para a gestão das empresas, bem como implantar uma estrutura organizativa que assegurasse o funcionamento das actividades económicas que permitisse a aplicação das directivas, planos de produção e que promovesse a organização colectiva dos trabalhadores e o aumento da consciência de classe. Contudo, mais do que institucionalizar uma estrutura organizativa eficaz para efeitos produtivos, as comissões de produção visavam pôr em prática o exercício democrático e popular do poder na esfera produtiva, eliminando todas as formas de organização capitalista, ou seja, era a época do primeiro modelo desenvolvimentista, o socialismo económico.

Antes da independência a indústria ligeira de mão-de-obra intensiva, como a do caju, já assumia extrema importância na economia de Moçambique, sendo uma das mais importantes fontes de divisas para o país. No final do período colonial, a importância do caju na economia nacional era superior que a do algodão e do açúcar, representando 21,3% do total das exportações (Leite, 1999:2-3).

Após a independência, o governo adoptou medidas proteccionistas para a indústria nacional, limitando as exportações da castanha de caju em bruto. Apesar desta política, não foi possível evitar o declínio da indústria de processamento do caju, estando esta confrontada com problemas financeiros e de ineficiência, sobretudo nas unidades estatizadas (Leite, 1999:6). Portanto, a crise da indústria estava associada à redução da produção agrícola e à destruição de rede de comercialização, e já com a guerra, a produção agrícola da castanha decresceu progressivamente e a rede comercial foi destruída. Entre 1976 e 1990, a produção agrícola do caju decresceu em 81,7% e, no início dos anos 90, apenas uma das 15 fábricas existentes nos primeiros dois anos da independência continuava a funcionar – e era uma das poucas que manteve a gestão privada (Leite, 1999:6-7).

No ano de 1991, na eminência do fim da guerra de 16 anos e num contexto de

implantação do neoliberalismo representando a viragem política, económica e social do país, Moçambique foi internacionalmente pressionado a concordar com o pacote do reajustamento estrutural quando em 1986 a ajuda alimentar foi travada. Esses programas de reajustamento estrutural impostos à Moçambique obedecem às mesmas medidas implementadas noutros países em desenvolvimento e no âmbito do processo de transição democrática, nomeadamente assente nos pilares de austeridade orçamental, das privatizações e da liberalização dos mercados, aprovados no Consenso de Washington nos anos 80 e 90, no sentido de dar resposta aos problemas daqueles países (Stiglitz, 2002:93).

O Programa de Reabilitação Económica foi formalmente introduzido em Moçambique em 1987. Esta viragem pressupôs a aprovação de um pacote legislativo necessário para acomodar os investimentos e a liberalização do comércio. O slogan do governo passou a ser “criar um ambiente favorável aos negócios”. A onda de privatizações alargou-se para todos sectores que tinham sido objecto de intervenções e nacionalizações na época do socialismo (educação, saúde, habitação, transportes, banca, seguros, entre outros).

A indústria gráfica em Moçambique iniciou no Século XVI com a criação da Imprensa Nacional de Moçambique, em 13 de Maio de 1854 na então capital da Província de Moçambique, Ilha de Moçambique, que tinha como objectivo dotar a Província Ultramarina de Moçambique de um Boletim Oficial onde o Governador Geral pudesse publicar documentos de interesse do Estado Colonial Português (Dias, 1954). No ano 1898 a Imprensa Nacional foi transferida para a então Cidade de Lourenço Marques, actual Cidade de Maputo. Anos mais tarde, a partir de 1917 surgiram outras gráficas com destaque para a Empresa Tipográfica de Lourenço Marques e a Empresa Tipográfica Portuguesa de Lourenço Marques e no início do Século XX surge a Minerva Central, Empresa Moderna, Tempográfica, Diário da Beira, Académica, Notícias, entre outros.

Até 1970, existiam 47 empresas gráficas em todas as províncias com excepção de Niassa (INE, 2004). Com a proclamação da independência algumas gráficas foram abandonadas pelos proprietários, tendo passado a gestão dos trabalhadores ou comissões administrativas.

Desde a proclamação da independência até aos anos de 1990, o circuito de produção, impressão e circulação do livro escolar esteve na alçada do Estado Moçambicano. Actualmente este processo de provisão, impressão e distribuição gratuita de livros para as escolas nacionais movimentam milhões de dólares entre contratação de autores, editoras e gráficas, nacionais e estrangeiras. Parte significativa do dinheiro utilizado para movimentar a indústria de produção de livros escolares provém do FASE (Fundo de Apoio ao Sector da Educação), montante que tem sido desembolsado pelos parceiros de cooperação do sector e com participação activa nos processos de gestão destes fundos.

Embora, os concursos para provisão destes tipos de serviços são públicos, nos últimos anos as empresas vencedoras foram de origem Portuguesa, Inglesa, Indiana,

Vietnamita, Sul Coreana, Malásia e Espanha, sendo que, a Porto Editora e a Texto Editora, ambas de origem portuguesa são as que controlam a maior fasquia do mercado de livro em Moçambique.

Encerramos este capítulo como uma questão central, porque é que as empresas moçambicanas e de outros países do resto da África não encontram espaço neste negócio em Moçambique?

3 | FRONTEIRAS ENTRE O PAPEL ESTRATÉGICO DO ESTADO E A BUROCRACIA ASFIXIANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nos dias actuais o termo burocracia adquiriu fortes conotações negativas. É popularmente usado para indicar a proliferação de normas e regulamentos que tornam ineficientes as organizações administrativas públicas, bem como corporações e empresas privadas. A burocracia pode ser vista, de acordo com De Bastos, J. N. & Duarte, S. M., (s/d), como um aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, seleccionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema.

Portanto, numa perspectiva defendida por Weber, o papel estratégico do Estado não estaria asfixiado se mantivessem as principais características deste, em linhas gerais, as de: funcionários que são realmente servidores públicos e não defraudadores de bens públicos tal como se tem assistido por conta dos males do neoliberalismo; se estes funcionários fossem contratados em virtude de competência técnica e qualificações específicas e não por intermédio do nepotismo ou de confiança política; se os funcionários cumprissem com as tarefas que são determinadas por normas e regulamentos escritos e não tomassem certas decisões ou contratações “à porta de cavalo”; e se estes funcionários estivessem sujeitos a regras hierárquicas e códigos disciplinares que estabelecem as relações de autoridade e não aos abuso de poder.

3.1 O Neoliberalismo versos o “deixa andar”, a grande corrupção

Não foram encontradas evidências científicas de estudos sobre a polémica do “deixa andar”, mas pelas leituras efectuadas em alguns sites de *internet*, pode se concluir de que este pressupunha um movimento generalizado herdado da ociosidade que era registada desde os tempos de colonialismo fascista em Moçambique, podendo se destacar, por exemplo, o combate a produção de algodão, de arroz, etc., ao favor do governo colonial, usando técnicas de cozedura de sementes.

Essa herança no Moçambique independente era caracterizada pela corrupção; incumprimento de horários de trabalho, gabinetes vazios, funcionários sem tarefas, desleixo e lixo, funcionários bêbados e de ressaca, cobranças ilícitas, a fraca qualidade de serviço prestado por alguns funcionários, mau atendimento ao público, entre outros. A campanha contra o “deixa-andar” foi lançada pelo próprio antigo Presidente da República, Armando

Guebuza no dia em que deu posse ao seu governo⁶.

Paradoxalmente ao discurso do antigo Presidente Guebuza, foi na época do combate ao “deixa andar” que surge o epicentro de um dos maiores escândalos económicos, com contornos de corrupção, o caso das chamadas “Dividas Ocultas”, que envolveu instituições e altos funcionários do Estado.

Portanto, ao nosso ver a polémica do deixa-andar foi resultante da implantação do liberalismo económico em Moçambique, atendendo e considerando que o objectivo do fascismo colonial era a extração máxima de riquezas através de exploração de moçambicanos nos sectores de produção e à favor da colónia, percebe-se que, quando se alcança a independência, ainda há dificuldades de perceber para quem o povo produziria, e como tal, tenta se procurar buscar o proveito máximo da sua produção no sector onde estiver alocado, sobretudo porque na era neoliberal (capitalista) quem regula as relações sociais é o próprio mercado, e urge, portanto, ter o poder de compra, daí que surgiu um outro conceito polémico associado a este “o cabrito come onde está amarrado”, em jeito de protesto a elevadas ondas de fraudes, corrupção, nepotismo e vários outros males que destroem o país, deixando o povo mais pobre em detrimento de uma dezena de pessoas muito ricas.

4 | O NEOLIBERALISMO VERSOS O SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Em Moçambique a educação escolar é em geral percebida como estando em crise, sendo que, um dos aspetos que contribuem para esta percepção é a existência de uma escola “estrangeira”, quer dizer, que não reflecte a realidade sociocultural das comunidades em que está inserida (Humbane, 2017).

Neste sentido, Dias (2010, citado por Humbane, 2017) explica que uma das causas do fracasso escolar e da baixa qualidade e eficiência em educação é a dissociação que existe entre a cultura escolar e a cultura social.

Émile Durkheim é consensualmente visto como o fundador da sociologia de educação, por tê-la discutido a partir de uma perspectiva sociológica. No seu livro Regras do Método Sociólogo, defende que:

A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado pela associação deles representa uma realidade específica que tem seus caracteres próprios. (Durkheim, 2007, p. 105).

A educação em Durkheim, prepara os indivíduos para uma sociedade que já existe, aliás, ela objectiva construir o ser social no indivíduo. Portanto, ela possui forte papel integrador.

Quando os colonos chegaram a Moçambique no Século XV, na perspectiva de

⁶ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-mocambicano-em-campanha-contra-o-deixa-andar-ao-estilo-machel_n106818, acesso em: 14 de Maio de 2021.

Castiano et al. (2005 citado por Humbane, 2017), apostaram na forte educação escolar classista, em que, por um lado há uma educação para os africanos, realizada pela Igreja Católica, enquadrada no processo de conversão dos gentios e, por outro lado, uma educação para os colonizadores, garantida tanto pela igreja, como por professores particulares, escolas regimentais e, mais tarde, pela escola pública. A educação para os africanos não teve como ponto de partida a educação socialmente já praticada, nos seus valores e práticas. Pelo contrário, tinha fins assimilacionistas.

No pós-independência, com o país com orientação marxista, procurou construir uma nova sociedade a partir desse quadro ideológico, o que implicou a tentativa de desconstrução de toda a lógica do funcionamento da sociedade colonial. Em 1983 foi aprovada a Lei 4/83, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) e estabeleceu os fundamentos, princípios e objectivos da educação escolar “a educação transmitia conhecimentos e técnicas acumuladas na prática produtiva, inculcava o seu código de valores políticos, morais e culturais sociais e dava a visão idealista do mundo e dos fenômenos da natureza (...)”, tinha a finalidade principal a formação do Homem Novo.

Hoje Moçambique vive um quadro sociopolítico e económico diferente. Com efeito, em 1990, o país tornou-se capitalista. Em 1992, como resultado, é aprovada a Lei 6/92 do SNE, que revogou a Lei 4/83, que criará o SNE. A nova lei tem em vista reajustar o quadro geral do sistema educativo e adequar as disposições contidas na Lei 4/83, às actuais condições sociais e económicas do país. (Lei 6/92, p. 08).

Gomes (1995) argumentou que na educação escolar do pós-independência não há mudanças de fundo, no que tange a imposição à sociedade de valores pela escola.

Daqui se depreende que não obstante as mudanças sociopolíticas havidas no país (e no mundo) e no quadro normativo na educação, a escola moçambicana continua com dificuldades em dialogar com a sociedade, com as diversas culturas que a compõem. Ela continua de certo modo hermética à influência social. Portanto, ainda não reflete a sociedade com quem, teoricamente, como sugeriu Durkhiem (2007) deve ser funcional.

Transitou-se de uma escola baseada em valores externos coloniais, para outra, baseada em valores também externos, do Leste Europeu. O tal homem novo, tal como o homem domesticado, também se deveria distanciar, demitir-se de viver aspectos fundamentais da sua cultura africana. Os nossos valores, as nossas concepções de mundo, a nossa tecnologia e as nossas línguas não entraram para a escola formal. Optou-se pelo português como língua exclusiva de ensino, o que vale dizer que as mais de 20 línguas africanas faladas no país, não entraram para o espaço escolar.

Actualmente, o neoliberalismo influenciou no Sistema Nacional de Educação em Moçambique no que se refere à educação básica gratuita e obrigatória a todos. No ensino secundário, por exemplo, é de uma formação geral e polivalente, visando à qualificação de mão-de-obra para o mercado. A preocupação com que o trabalhador aprenda a ler,

escrever e contar não tem nada de edificante ou humanitário, muito menos filantrópico⁷. Portanto, a educação moçambicana é concebida a partir de ditames neoliberais.

Efectivamente, do ponto de vista conjuntural, a situação de dependência econômica do país, levou a que o país tivesse que se submeter a toda uma cartilha sobre governação, incluindo o sector da educação. Como ressalta Castiano et al. (2005, citado por Humbane, 2017), o país perdeu alguma soberania na formulação de suas próprias políticas públicas, incluindo na educação. Entretanto, a compreensão de que a qualidade de educação era e é baixa, sendo parte das causas a irrelevância educacional e a deficiente articulação entre a escola e a sociedade, levou as autoridades educacionais moçambicanas, no início da década de 2000, a tomarem duas interessantes medidas: o currículo local e o ensino bilíngue, no ensino básico (primário), processo que também vem travando suas dificuldades para a materialização, portanto, em linhas gerais, mais do que acelerar, o neoliberalismo atrasou drasticamente o desenvolvimento de Moçambique, atingindo a parte mais importante de um país, a Educação.

5 | DISCUSSÃO & DEBATE

Em 2015, o BM publicou os resultados de um inquérito sobre os Indicadores de Prestação de Serviços do Sector da Educação realizado em Moçambique, Tanzânia, Quênia, Uganda, Nigéria, Togo e Senegal (este último sem análise de teste de competência). Em Moçambique este inquérito envolveu um total de 1.006 professores, 1.731 alunos de cerca de 200 estabelecimentos escolares, onde foram aplicados os testes de língua, matemática e pedagogia.

Dentre os vários resultados apresentados nesse inquérito, destacam-se as conclusões sobre os conhecimentos mínimos através da aplicação do teste da língua em que os professores moçambicanos conseguiram identificar apenas 2 dos 20 erros descritos e no teste de matemática apenas 65% conseguiu subtrair cálculos como 86-55. A pontuação média dos professores nos três testes (língua, matemática e pedagogia) foi de 29%, um desempenho mais baixo comparado com países como Quênia (57%), Tanzânia (48%), Uganda (45%), Togo (36%) e Nigéria (34%). A taxa de absentismo do professor é de 45%, muito alta contra uma média de 17,8% dos restantes países.

Em termos de qualidade dos conhecimentos dos alunos moçambicanos, este inquérito concluiu que o país apresenta a pior pontuação nos três testes aplicados, ou seja, os alunos moçambicanos apresentam baixos níveis de aproveitamento (com uma média de 24% face aos 53% de outros cinco países avaliados). O estudo apontou igualmente que dos 194 dias de aulas previstos no calendário escolar anual, os alunos apenas tiveram aulas em 74 dias. Nas regiões norte e centro verificou-se as mais altas percentagens de

7 <https://www.webartigos.com/artigos/politicas-neoliberais-e-sua-influencia-no-sistema-nacional-de-educacao-em-mocambique/103767>

absentismo de alunos, 28,4% e 26,9%, respectivamente, quando comparado com a região sul do país com 7,5%.

Diante dos resultados do inquérito acima exposto, abrimos espaço para debate com duas questões pontuais: i) se no período de 1975 a 1985 as razões culturais no processo educativo eram tão influentes ao ponto de determinar a qualidade do ensino, nos dias de hoje, quais podem ser as causas da qualidade de educação em Moçambique? ii) as várias reformas do Sector da Educação e mudanças curriculares estão a responder aos padrões de qualidade desejados?

O termo educação, neste texto, é também usado no sentido definido por Forquin (1993), como processo de formação e socialização do indivíduo. Os arautos da modernidade socialista centraram-se primordialmente na relação entre a educação e a dimensão simbólica da cultura, pois pretendiam inverter as coordenadas mentais e simbólicas do Homem bantu moçambicano.

O primeiro Presidente de Moçambique independente, intervindo por ocasião da abertura do ano lectivo em 1978, afirmou que o sucesso do projecto do seu partido residia na formação do homem novo, de uma nova mentalidade: “[...] um homem novo, uma sociedade nova. Não, é na escola, na educação onde está o germe” (Machel, 1978, p. 37). De modo que a educação moçambicana não formasse alunos elitistas, contaminados pela mentalidade burguesa colonial e tradicional-feudal, os revolucionários defenderam a necessidade de uma nova concepção de educação, diferente da colonial burguesa e também da tradicional. O Homem Novo “[...] era aquele que, embora consciente das suas limitações, trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reacionárias que herdou” (Machel, 1977, p. 94).

Ao nosso ver, o país precisa de uma estratégia com indicadores que podem influenciar no aumento de rendimento escolar, isto é, atacar a educação também no seio familiar através de criação de ambiente de alfabetização. Se o país conseguir elevar a educação dos pais e encarregados, pode ser que estes encorajem mais as crianças em idade escolar a permanecerem mais tempo nos estabelecimentos de ensino, para além de outras acções combinadas como a melhoria das políticas para a coesão social, criação de programas de recuperação de alunos desistentes, melhoria da condição salarial dos professores, aumento de infraestruturas escolares, incluindo sanitários, equipamentos, livros escolares de qualidade, dentre outros aspectos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível de perceber ao longo da nossa abordagem, todos os pontos têm uma interligação histórica bastante íntima com todas as políticas de educação que Moçambique foi implementando desde a era colonial, a era logo após a independência e a era a partir dos anos 90.

Do ponto de vista industrial, após a adesão de Moçambique às políticas impostas pelas delegações do *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), neste campo os efeitos da política de liberalização foram desastrosos para os trabalhadores das indústrias, com todos os tipos de consequências sociais, incluindo na Educação.

O ensino tornou-se irrelevante em Moçambique, do ponto de vista da sociedade de matriz africana, na educação colonial que, na sua intenção de converter ou domesticar o povo moçambicano, adoptou práticas de ensino que não só combateram a sociedade de matriz africana, como procuraram transforma-la numa outra, a partir de padrões determinado por antigos colonizadores, hoje parceiros de cooperação. Portanto, as políticas de ensino foram totalmente endógenas limitando-se a pura importação de políticas que em nada tinham a ver com a realidade moçambicana.

A adopção dessas políticas de ensino impostas pelo neoliberalismo destruíram todas as bases sociocognitivas para que os estudantes moçambicanos possam, realmente, pensar, discutir e resolver os problemas económicos, políticos, culturais e até filosóficos que lhe apoquentam, razão pela qual são observados os problemas às que Guebuza tentou combater-los chamando-os de espírito de “deixa andar”, assim como o recente escândalo dos “Erros no Livro da 6ª Classe”, exacerbando a grande corrupção visível na industria de produção do livro escolar. A solução para a qualidade do *Sistema Nacional de Educação*, seria, portanto, submeter o sector a uma autoavaliação e desenvolver reformas mais profundas, da ordem moral e antropológico, reajustado para um sistema de educação que seja baseado na nossa historicidade e cultura para que esses alunos, formados possam responder à definição de educação trazida por Émile Durkheime, já acima mencionado.

REFERÊNCIAS

Bispo, F.C. Da S., & Júnior, A. B. Dos S., (s/d). A profissionalização da burocracia como fator para o bom desempenho das ações do governo. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/14724130.pdf>, acesso a 14 de Maio de 2021.

Canhanga, N. (2007), “Os Desafios da Descentralização e Dinâmicas da Planificação Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais”, Conferência Inaugural do IESE (Org.) sob o tema: *Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique*.

De Bastos, J. N. & Duarte, S. M., (s/d). Políticas Educacionais e Transformações Socioeconómicas no Período Pós-colonial em Moçambique. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27758_14288.pdf, acesso a 14 de Maio de 2021.

Dias, H.N. (Dez. 2010). Diversidade cultural e educação em Moçambique. Revista V!RUS, São Carlos, n.4. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=4&lang=pt>, acesso em: 14 de Maio de 2007.

Durkheim, E. (2007). Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70.

Durkheim, E. (2007). Regras do Método Sociólogo 3 ed, São Paulo: Martins Fontes.

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/burocracia-max-weber-e-o-significado-de-burocracia.htm>, acesso a 14 de Maio de 2021.

<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia> , acesso a 12 de Maio de 2021.

<https://www.webartigos.com/artigos/politicas-neoliberais-e-sua-influencia-no-sistema-nacional-de-educacao-em-mocambique/103767>, acesso em: 14 de Maio de 2021.

Humbane, E. M. (27/06/2017), Educação e diversidade: o caso de Moçambique. Sinais. Disponível em: <file:///C:/Users/Amandio%20Sabela/Downloads/12006-Texto%20do%20artigo-48713-1-10-20170910.pdf>, acesso em: 14 de Maio de 2021.

Ngoenha, S. & Castiano, J. (2019). Manifesto Por Uma Terceira Via. Paulinas. Maputo.

A

Aluno com deficiência 158, 159, 161, 168

Aprendizagem 26, 27, 32, 33, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 186, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 260, 262, 264

Aprendizagem criativa 52, 53, 54, 55, 59, 60, 63

Aprendizagem significativa 32, 45, 49, 51, 198

Arte Brasileira 216

Atividades físicas 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36

B

Bebês 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22

Bibliocientífica 194, 195

Braille 182, 183, 184, 185, 188, 190, 193

Brincar 21, 29, 35, 65, 68, 102, 114, 115, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 242, 243, 244

C

Cidadania 6, 9, 11, 12, 13, 45, 46, 47, 105, 118, 138, 160, 186, 254

Cohesión social 145, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156

Competencias informacionales 169, 170, 172, 180

Comprensión lectura 169

Comunicação 11, 26, 33, 52, 54, 56, 62, 69, 134, 184, 195, 196, 197, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 230, 241, 249, 250, 253, 260, 261

Concepciones 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Confronto pedagógico 245

Criatividade 53, 55, 56, 60, 103, 106, 114, 115, 116, 117, 139, 196, 203, 234, 235, 241, 242, 243

Currículo 62, 79, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 140, 141, 166, 167, 245, 248, 252, 253, 260

D

Democracia 1, 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 135

Desenvolvimento infantil 233, 234, 237, 243

Didática 67, 95, 115, 143, 203, 215, 232, 247, 248

Dispositivos de poder 83

Docência do ensino superior 95

Docentes 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 62, 92, 93, 124, 138, 140, 146, 153, 155, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 190, 198, 205, 206, 248, 250, 254, 256, 258, 259

E

Educação 1, 2, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 50, 51, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 108, 109, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 215, 224, 230, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Educação inclusiva 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 191, 192, 193, 244

Educação infantil 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 233, 235, 241, 242, 243, 244

Educación virtual 145, 146, 151

Ensino 13, 14, 19, 24, 32, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 106, 110, 111, 113, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 260, 262, 263, 264

Ensino de Biologia 225, 231

Ensino de Filosofia 121, 122, 126, 127, 130, 138, 142, 143

Ensino de Matemática 192, 204, 263

Ensino médio 14, 45, 46, 48, 50, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 203, 215, 224, 225, 226, 229, 232, 238

Estratégia pedagógica 194, 198, 199

Estrategias búsqueda 169

F

Ferramenta pedagógica 194, 199, 202, 203

Formação 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 19, 46, 48, 50, 52, 55, 64, 65, 67, 68, 78, 80, 91, 97, 99, 100, 106, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 167, 183, 184, 189, 190, 191, 205, 215, 231, 237, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Formación continua 37

Foucault 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93

G

Gestão democrática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

H

História da educação 122, 158, 159

I

Inclusão 11, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 244

Industrialização 72, 74

Instagram 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Interdisciplinaridade 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 128

Intergeracionalidade 24, 32

J

Juventude 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 124, 127

L

Letramento sensorial 15

Livros infantis 15, 22

M

Mamíferos 225

Maria Martins 216, 217, 218, 219, 222, 223

Matemática 79, 124, 127, 130, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 263, 264

Mediação 47, 133, 167, 182, 190, 191, 193, 202, 203, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 260, 261, 262

Metodologias ativas 52, 53, 55, 63, 94, 96, 215

N

Narrativas 15, 40, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 65, 198, 263

Naturaleza de la ciencia y tecnología 37, 39

Neoliberalismo 12, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 132

P

Papel do Estado 72

Participação escolar 1

Pegadas 224, 225, 227, 228, 229, 230

Pessoas idosas 24, 27, 33, 34, 35

Prática docente 55, 95, 102, 103, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 140, 182, 224, 229, 246

Prática pedagógica 45, 46, 198, 214

Q

Qualidade de vida 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36

R

Rede social 194, 197, 198, 199

Reflexão 2, 3, 9, 11, 17, 18, 32, 35, 49, 60, 68, 69, 70, 72, 74, 98, 103, 109, 110, 111, 117, 120, 124, 125, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 160, 166, 191, 230, 231, 241, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 261

Reforma curricular 121, 122, 127

Reino animal 225, 226, 232

S

Scratch 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 63

Sistema de educação de qualidade 72, 74, 77

Soroban 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192

Surrealismo 216, 217, 220, 221, 222, 223

T

TIC 170, 175, 180, 204

Trabalho docente 83, 85, 89, 92, 120, 141

W

WhatsApp 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3